



BOLETIM SEMANAL DO

SINDJUS-DF

CORREIOS
IMPRESSO ESPECIAL
CONTRATO
Nº 6652001 DR/BSB
SINDJUS-DF

Órgão informativo do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no DF

23 de julho de 2002 - Ano 2

Filiado à **CUT/FENAJUFE**

Queremos o restante dos 11,98% já

Nas últimas semanas, o Sindjus voltou a cobrar das administrações dos tribunais o pagamento das parcelas atrasadas dos 11,98%.

Os órgãos do MPU, o STM, o TST e o TRE já quitaram todas as parcelas. O STF, o TSE, o TRF, o CJF, a Justiça Federal e o TRT pagaram uma parte do débito mas ainda devem algumas parcelas. O STJ tem uma situação peculiar: antes da decisão administrativa favorável ao pagamento dos 11,98%, tomada em outubro de 2000, o tribunal já havia pago algumas parcelas aos seus trabalhadores que haviam entrado com ações na Justiça e ganho a causa. A esse servidores falta pagar ainda as parcelas de abril a julho de 1994 e o mês de março de 1998. Os que não contavam com decisão judicial têm ainda a receber as parcelas de abril de 1994 a março de 1998.

A conquista dos 11,98% foi obtida em 2000, mas o débito ainda não foi inteiramente quitado porque as parcelas têm sido pagas com sobras de orçamento e não com verbas especialmente previstas para isso. Os tribunais argumentam que tentaram incluir a rubrica nos Orçamentos de 2001 e de 2002. O governo, porém, numa postura de desrespeito às decisões do Judiciário, nem considerou o pedido.

Tal atitude exige do Judiciário uma resposta à altura, em defesa de sua autonomia.

O Sindjus colocou essas questões para as administrações dos tribunais que ainda não pagaram todas as parcelas dos 11,98%. E está trabalhando com a perspectiva de garantir a quitação dessa dívida o mais rapidamente possível.

ÓRGÃOS	PARCELAS DEVIDAS
Superior Tribunal Militar Tribunal Superior do Trabalho Tribunal Regional Eleitoral Ministério Público da União	Já quitaram todas as parcelas.
Conselho da Justiça Federal	Os anos de 1997 e 1998.
Justiça Federal	Os anos de 1997 e 1998.
Tribunal Regional Federal	Os anos de 1997 e 1998.
Tribunal Superior Eleitoral	Os meses de março a dezembro de 1995; o ano completo de 1996 e os meses de janeiro e março de 1997.
Tribunal Regional do Trabalho	Não foi pago o período de janeiro a setembro de 1998.
Superior Tribunal de Justiça	Os trabalhadores que não tinham decisão judicial ainda devem receber as parcelas de abril de 94 a março de 98. Os que tiveram decisão judicial ainda devem receber as parcelas de abril a julho de 94 e o mês de março de 98.
Supremo Tribunal Federal	Os servidores ativos não receberam os valores correspondentes aos anos de 1998 e 1999. Os inativos não receberam os valores correspondentes aos meses de julho a dezembro de 1997 e aos anos de 1998 e 1999.

O TRT estará pagando hoje os salários do mês de julho de acordo com a Lei 10.475, que revisou o PCS do Judiciário. O Sindjus está lutando para que todos os tribunais implementem o PCS imediatamente.

Sindjus quer a devolução da contribuição previdenciária sobre funções comissionadas

Com base em dispositivo da Lei 9.783, de 28 de janeiro de 1999, que regulamentou a Emenda Constitucional nº 20/98, há tempos o Sindjus entrou com ações na Justiça para suspender a contribuição previdenciária sobre as funções comissionadas e exigir a devolução das alíquotas pagas indevidamente. O STJ e o Tribunal de Contas da União já firma-

ram o entendimento de que o desconto não deve ser feito.

O sindicato está trabalhando para que os descontos feitos a partir de dezembro de 1998 sejam devolvidos a todos os servidores dos tribunais e dos órgãos do MPU, como já aconteceu no TJDF. O TRT também já decidiu que fará a devolução proximamente.

Gaiarsa é o próximo convidado do "Brasília, Capital do Debate"

O psiquiatra e psicólogo José Ângelo Gaiarsa é o próximo convidado do programa "Brasília, Capital do Debate". Gaiarsa estará com o professor Cristovam Buarque, o âncora do programa, nesta quarta-feira, dia 24, às 19h, no Teatro dos Bancários, conversando sobre os problemas de diálogo entre pais e filhos, sob o tema "Repensando a Educação Familiar".

Gaiarsa formou-se em 1946 na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e há meio século atua em psicoterapia. Publicou 27 livros técnicos e de divulgação, com mais de 400 mil exemplares vendidos. Tem também grande experiência em televisão, tendo apresentado durante dez anos o programa "Quebra-Cabeça" na TV Bandeirantes.

Brasília, Capital do Debate
Dia 24 de julho de 2002, às 19 h
Teatro dos Bancários -
314/315 Sul
Patrocínio: Sinpro, Sindjus e
Sindicato dos Bancários

Vamos divulgar a cartilha pelo voto ético

A partir desta semana, o Sindjus divulgará, em sua página eletrônica, a cartilha "Voto Ético - Eleições 2002", que tem o objetivo de alertar os cidadãos para que escolham candidatos verdadeiramente comprometidos com as mudanças sociais de que o Brasil precisa.

A elaboração da cartilha é resultado de uma iniciativa conjunta da Ação pela Cidadania, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e da Pastoral da Criança. Segundo os autores, o fato de existirem no país 54 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza "não é compatível com uma sociedade democrática ou com a nossa consciência cidadã, e o nosso desafio é mudar este quadro através do voto, consciente, responsável e ético".

Na opinião de Dom Luciano Mendes de Almeida, ex-presidente da CNBB, "três são as causas principais da miséria e da fome: a má distribuição de renda, o lucro exa-

gerado do capital financeiro e a dívida externa que asfixia a economia do Brasil".

O material traz informações gerais sobre o processo das eleições e dicas para que os eleitores possam distinguir os candidatos éticos daqueles que compram votos com cestas básicas, promessas de emprego ou favores.

Uma frase de Herbert de Souza, o Betinho, um dos fundadores da Ação pela Cidadania, inspirou a cartilha: "O Brasil tem fome de ética e passa fome em consequência da falta de ética na política".

